

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e o Conselho de Administração da
Associação Pró-Dança
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Pró-Dança ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Pró-Dança** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

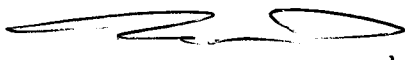
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de janeiro de 2019.



ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

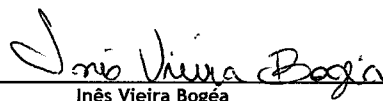
Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

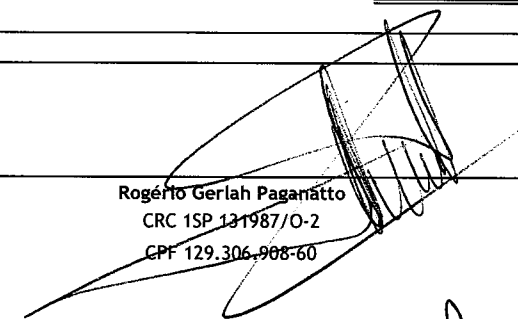
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.700	3.140	Contas e títulos a pagar		174	106
Contas a receber	6	257	120	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		19	4
Adiantamentos		132	37	Provisões trabalhistas e encargos	11	488	312
Estoques	7	91	95	Recursos de lei de incentivos fiscais	12	140	119
Despesas antecipadas		66	141	Adiantamentos		-	10
		4.246	3.533	Receita antecipada do contrato de gestão	13	3.141	2.703
Não circulante						3.962	3.254
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos para recursos judiciais	8	17.353	16.026	Provisão para demandas judiciais	14	17.346	16.018
Aplicações financeiras vinculadas	9	3.314	3.099	Receita antecipada do contrato de gestão	13	3.383	3.187
		20.667	19.125	Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	15	406	685
Ativo permanente vinculado ao contrato de gestão						21.135	19.890
Imobilizado líquido	10	360	618	Patrimônio líquido			
Intangível líquido	10	46	67	Patrimônio social		222	199
		406	686			222	199
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		25.319	23.343			25.319	23.343

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.


Inês Vieira Bogéa

Diretora Executiva e Artística
C.P.F. 514.174.306-30


Rogério Gerlach Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60

JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

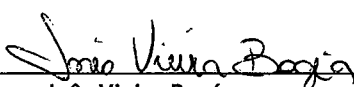
Demonstrações do resultado

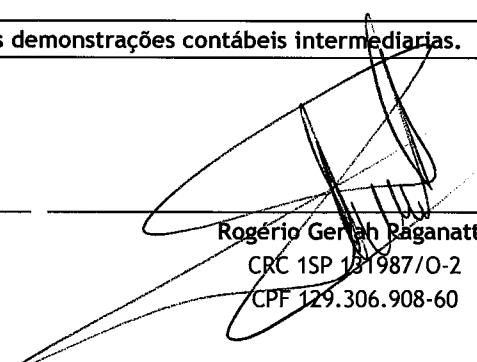
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

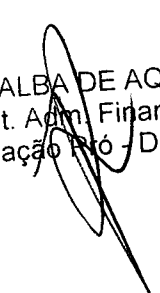
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacionais			
Receitas do contrato de gestão	17	10.499	9.842
Receitas financeiras	18	1.243	1.437
Receitas de atividades próprias	19	3.561	1.701
Gratuidade - serviços voluntários		11	8
Outras receitas		10	14
		15.324	13.002
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(8.118)	(7.919)
Atividades artísticas	21	(3.772)	(2.054)
Divulgação e comunicação		(455)	(200)
Despesas administrativas e gerais	22	(949)	(849)
Gratuidade - serviços voluntários		(11)	(8)
Manutenção e operação predial		(115)	(111)
Impostos, taxas e contribuições		(649)	(457)
Despesas financeiras	23	(870)	(987)
Depreciações e amortizações		(348)	(342)
Custos de atividades mercantis		(15)	(41)
		(15.302)	(12.968)
Superávit do período		23	34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.


Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
C.P.F. 514.174.306-30


Rogério Gerlach Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60


JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

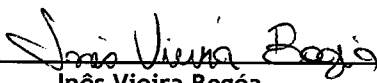
ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

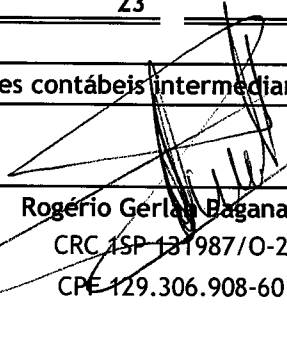
(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

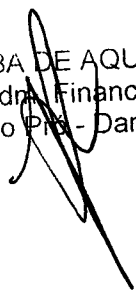
Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Superávit do período	23	34
Total do resultado abrangente	23	34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.


Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
C.P.F. 514.174.306-30


Rogério Gerlano Baganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPE 129.306.908-60


JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

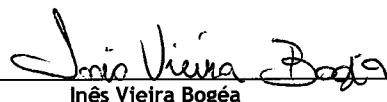
(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

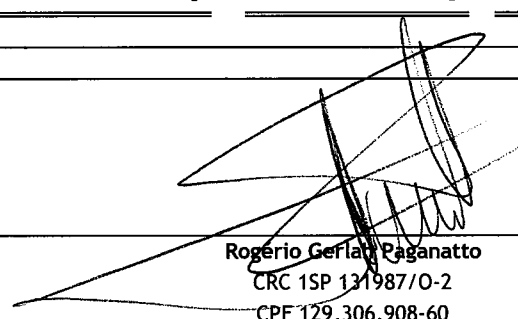
(Em Milhares de Reais)

	Patrimônio social	Fundo de reserva	Fundo de contingência	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	121	-	-	44	165
Superávit do exercício	-	-	-	34	34
Transferencia do superávit acumulado	78	-	-	(78)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	199	-	-	-	199
Superávit do período	-	-	-	23	23
Transferencia do superávit acumulado	23	-	-	(23)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	222	-	-	-	222

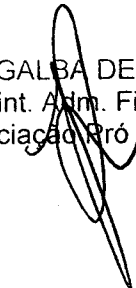
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30



Rogério Gerlad Paganatto
CRC 1SP 131987/O-2
CPF 129.306.908-60



JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

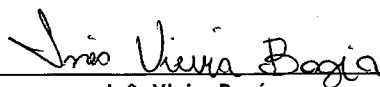
ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

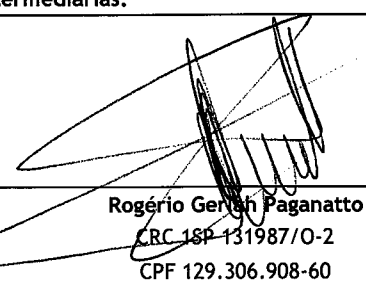
(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Superávit do exercício	23	34
Itens que não afetam o caixa		
(+) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11	-
(+) Depreciações e amortizações	348	342
(+) Provisão para demandas judiciais	1.328	1.212
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Variação nas contas patrimoniais		
(-) Diminuição de contas a receber	(147)	(67)
(-) Diminuição de adiantamentos	(95)	(24)
(+) Aumento líquido de estoques	4	67
(-/+) Aumento líquido/ (diminuição) de despesas antecipadas	76	(29)
(-) Diminuição de depósitos para recursos judiciais	(1.327)	(1.213)
(-) Diminuição de aplicações financeiras vinculadas	(215)	(286)
(+) Aumento líquido de contas e títulos a pagar	68	91
(+/-) Aumento líquido/ (diminuição) de obrigações trabalhistas e encargos	15	(1)
(+/-) Aumento líquido/ (diminuição) de provisões trabalhistas e encargos	176	(1)
(+/-) Aumento líquido/ (diminuição) de recursos de lei de incentivos fiscais	21	(7)
(+/-) (Diminuição)/aumento líquido de adiantamentos	(10)	9
(-) Aumento líquido de receita antecipada do contrato de gestão	634	1.076
(+) Diminuição de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(279)	(330)
(=) Fluxo de caixa gerado/consumido nas atividades operacionais	(1.081)	(715)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(68)	(12)
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(68)	(12)
(=) Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	560	862
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.700	3.140
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.140	2.278
(=) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	560	862

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.


Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30


Rogério Gerlach Paganatto
CRC 18P-131987/O-2
CPF 129.306.908-60

JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Objetivos sociais

A Associação Pró Dança (“Associação”), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apartidária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento reger-se-á pelo seu Estatuto Social e pelas normas legais e regulamentos que lhe são aplicáveis.

Para atendimento das finalidades a Associação Pró Dança envidará esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades, no sentido de:

- Manter a São Paulo Companhia de Dança e contribuir para a manutenção melhoria do seu padrão de qualidade;
- Fomentar a criação de espaços de expressão artística e intelectual que contribuam para a promoção da cultura, da educação e o acesso à dança e às artes em geral;
- Difundir o repertório de dança brasileira e internacional;
- Incentivar a participação de artistas brasileiros com reconhecido mérito artístico;
- Produzir espetáculos de dança, promover apresentações no Brasil e no exterior da São Paulo Companhia de Dança;
- Produzir documentários para exploração em DVD (Vídeo Home), TV, internet, cinema e outras mídias existentes ou que venham a existir;
- Promover, desenvolver e incentivar a formação e a difusão artística e cultural, através de projetos e programas de integração entre a dança e outras áreas do conhecimento, buscando, entre outras ações, o aperfeiçoamento de estudantes e profissionais da área da dança;
- Constituir fundo de capital e outros necessários para a São Paulo Companhia de Dança, a ser composto, por exemplo, por doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros;
- Difundir e explorar marcas e programas que possua ou detenha os direitos de exploração, quando para tanto autorizada;
- Apoiar ações e projetos da São Paulo Companhia de Dança, bem como desenvolver campanhas, realizar estudos e pesquisas, divulgar e distribuir informações, dados, trabalhos, documentos, entre outras atividades relacionadas com suas finalidades;
- Defender e conservar o patrimônio histórico e artístico da dança brasileira, estimular e promover a produção e a difusão de manifestações e bens culturais e artísticos de valor regional e/ou universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória, bem como que estimulem a liberdade de expressão;

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- Apoiar a administração e o gerenciamento de espaços, inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, bem como prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros;
- Realizar, produzir, patrocinar e promover cursos, espetáculos, exposições, conferências, seminários, simpósios, debates, palestras, congressos e conclaves de tipos e natureza diversos;
- Promover e difundir atividades artísticas e culturais nas diversas áreas de expressão artística, como dança, artes visuais, artes musicais, literatura, multimídia e outras;
- Promover para a São Paulo Companhia de Dança atividades de produção artística, circulação (apresentação de espetáculos em âmbito nacional e internacional), constituição e preservação do registro e da memória da arte, bem como estimular a formação, capacitação, treinamento e o desenvolvimento de profissionais da área da cultura e artes;
- Criar e manter uma instituição de ensino de dança, fomentando a educação e a cultura;
- Realizar eventos e ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças, especialmente no que tange à dança e às artes cênicas, incluindo atividades de capacitação e treinamento;
- Desenvolver programas e projetos culturais para a população em geral;
- Desenvolver programas de incentivo à formação de platéias para crianças, jovens e adultos;
- Manter intercâmbios educacionais e culturais, com instituições nacionais e estrangeiras;
- Desenvolver e publicar métodos pedagógicos de ensino das artes cênicas e da dança, bem como promover a publicação de matérias de interesse cultural e realizar a edição de livros relacionados ao objeto de sua atividade;
- Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins às suas áreas de atuação podendo inclusive, participar e/ou aceitar assentos em Comitês, Câmaras, Fóruns, redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas;
- Firmar acordos operacionais, convênios ou outra forma de colaboração, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa, produção, elaboração, circulação, difusão, avaliação e implantação de projetos culturais, desde que voltados para os interesses da Associação Pró Dança;
- Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, para o desenvolvimento de programas de governo na área da cultura, ou com este e/ou com a iniciativa privada, para a implantação, gestão e gerenciamento de equipamentos culturais, podendo inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, quando para tanto autorizada;
- Prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros;

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- Colaborar com os Poderes Públicos sempre que sua atuação for solicitada em benefício da arte, da cultura e da formação artística;
- Oferecer bolsas e criar prêmios e concursos e outras ações de estímulos relacionadas com seus campos de atuação;
- Incentivar a colaboração voluntária e atividades afins;
- Fomentar a elaboração de políticas públicas nas áreas afetas aos seus objetivos;
- Desenvolver e organizar bancos de dados, produtos, ferramentas, equipamentos, entre outros, relativos às suas áreas de saber;
- Realizar quaisquer atividades ou praticar atos necessários ou relacionados ao cumprimento de seu objetivo social.

A Associação Pro Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em trinta e um de outubro de 2009.

2. Contrato de Gestão

A Associação Pró Dança (contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014) com o Governo do Estado de São Paulo (Contratante), por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de 1º de dezembro de 2014, e tem por objetivo administrar, supervisionar e gerenciar a São Paulo Companhia de Dança, garantindo a preservação e divulgação do equipamento do governo (São Paulo Companhia de Dança) e suas finalidades em estreita consonância com a política da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura - UDBL e com diretrizes do Estado, na figura da Secretaria da Cultura. Para fomento e execução do contrato, seria repassada a importância global de R\$ 91.524. Para o exercício de 2014, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 1.319.

Em 09 de junho de 2015 foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 90.248. Para o exercício de 2015, a Contratante repassaria a Contratada um total previsto de R\$ 14.557. Para os demais exercícios repassaria um total de R\$ 17.021 (2016), R\$ 18.297 (2017), R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019).

Até o final do Exercício de 2015 a Contratante havia repassado à Contratada um total de R\$ 11.965, restando um saldo a haver de R\$ 2.592. Em 31/12/2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo Decreto nº 61.776 que trata de crédito suplementar de R\$ 500, que foi efetivado em 06/01/2016.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Em 20 de Junho de 2016 foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (contrato nº 001/2014), onde a Contratante se comprometeu a repassar à Contratada a importância global de R\$ 84.635, sendo que para o exercício de 2016 ficou estipulado um repasse de R\$ 13.500 e para os demais exercícios repassará os valores acima citados. No ano de 2016 o valor efetivamente recebido pela Contratada foi de R\$ 13.500.

Em 13 de Fevereiro de 2017 foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 76.838. Para o Exercício de 2017, a Contratante repassara a Contratada um total previsto de 10.500. Para os demais exercícios repassará um total de R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). No ano de 2017, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 10.500.

Em 05 de Julho de 2018, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 67.443. Para o Exercício de 2018, a Contratante repassara a Contratada um total previsto de 10.275.

Em 14 de Setembro de 2018, foi firmado o 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Foi acordado um acréscimo de R\$ 72, vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.347. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 67.516.

Em 31 de Outubro de 2018, foi firmado o 6º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Em face ao ofício UDBL nº 92/2018 de 01 de outubro de 2018, que comunicou o descontingenciamento de recursos no valor de R\$ 525 vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.872. Desta forma, a Secretaria da Cultura se obriga por esse contrato a repassar a Associação Pro-Dança o montante de R\$ 68.041.

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação possui saldo de R\$ 3.141 (R\$ 2.703 em 31 de dezembro de 2017), registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a NBC TG 07, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade Sem finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva dia 18 de janeiro de 2019, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos na Nota Explicativa nº 14 - Provisão para demandas judiciais.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Apuração do superávit (déficit)

Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

d. Adiantamentos

Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

e. Estoques

Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação e materiais de consumo, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado.

f. Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal.

g. Depósitos judiciais

Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINS e do ISS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Aplicações financeiras vinculadas

Os saldos de aplicações financeiras vinculados a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

i. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

k. Gratuidade - serviços voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Até 31 de Dezembro de 2018, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 11 mil de receita com trabalho voluntário.

l. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16.

m. Demonstração do fluxo de caixa

A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Recursos Próprios		
Bancos conta movimento (a)	223	200
	<u>223</u>	<u>200</u>
Contrato de Gestão nº 001/2014		
Caixa	5	5
Bancos conta movimento (a)	2.157	1.368
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	1.175	1.447
	<u>3.337</u>	<u>2.820</u>
Leis de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	51	119
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	89	1
	<u>140</u>	<u>120</u>
	<u>3.700</u>	<u>3.140</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- (a) Os Saldos "Bancos conta movimento" são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais;
- (b) As aplicações referem-se a fundos de investimentos em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato da Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

Composição das aplicações financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Contrato de Gestão nº 001/2014		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	1.175	1.447
Lei de incentivo Fiscal		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	89	1
	<u>1.264</u>	<u>1.448</u>

6. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes - apresentações	64	48
Clientes - bilheterias e assinaturas	100	88
Outros	120	-
(-) PECLD	(27)	(16)
	<u>257</u>	<u>120</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	PECLD
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16)
Adições	(11)
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(27)</u>

7. Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Livros	69	73
Sapatilhas	22	22
Estoque em poder de terceiros	91	91
(-) Perda estimada com estoque de baixo giro	(91)	(91)
	<u>91</u>	<u>95</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

8. Depósitos para recursos judiciais

	31/12/2018	31/12/2017
Depósito judicial - COFINS	6.097	5.438
Depósito judicial - ISS	10.259	9.634
Depósito judicial - Trabalhista	997	954
	<u>17.353</u>	<u>16.026</u>

O montante atualizado de R\$ 17.353, em 31 de dezembro de 2018 suporta as contingências passivas (Nota Explicativa nº 14), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

9. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (i)	1.093	1.032
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (ii)	2.221	2.067
	<u>3.314</u>	<u>3.099</u>

- (i) Fundo de Reserva: constituído como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2014, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, equivalente a 6% dos valores a serem repassados em 2015 e 2016. Em 2015 o valor foi utilizado em sua totalidade, sendo reconstituído em 2016;
- (ii) Fundo de Contingência: como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2014, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, bem como em atenção ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, o fundo será composto de 1,5% do valor repassado pela contratante a cada parcela, a partir do exercício de 2017.

De acordo com o 4º Termo de Aditamento, no item II. Das Premissas Orçamentarias Plano de Trabalho, no ano de 2018, haverá um novo aporte no montante correspondente a 0,1% do valor repassado pela SEC. Assim, diante do orçamento proposto pela Contratante, foi necessário alterar o percentual previsto na cláusula sétima, § 7º, “c” do Contrato de Gestão nº 001/2014.

Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da SEC, condicionado à apresentação do plano de restituição e aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b).

Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de $\frac{3}{4}$ dos seus membros, e do Secretário da Cultura. No final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído.

Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a rubrica contábil “Receita antecipada do contrato de gestão”, no passivo não circulante.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

10. Imobilizado e intangível líquidos

a) Composição

	Custo	Depr. Acum	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Instalações	15	(12)	3	6
Moveis e utensílios	212	(174)	38	81
Maquinas, aparelhos e equipamentos	552	(440)	112	213
Instrumentos musicais	1	-	1	1
Condicionadores de ar	108	(88)	20	41
Equipamentos de informática	297	(195)	102	101
Cessão de uso de software	145	(99)	46	68
Bens móveis	456	(372)	84	175
	1.786	(1.380)	406	686

b) Movimentação

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Instalações	15	-	-	15
Moveis e utensílios	212	-	-	212
Maquinas, aparelhos e equipamentos	544	8	-	552
Instrumentos musicais	1	-	-	1
Condicionadores de ar	108	-	-	108
Equipamentos de informática	246	51	-	297
Cessão de uso de software	136	9	-	145
Bens móveis	456	-	-	456
	1.718	68	-	1.786
Depreciações e amortizações	(1.032)	(348)	-	(1.380)
	686	(280)	-	406

11. Provisões trabalhistas e encargos

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para férias	359	229
Encargos sociais sobre provisões de férias	129	83
Provisão para 13º salário	-	-
Encargos sociais sobre provisões de 13º salário	-	-
	488	312

12. Recursos de lei de incentivos fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Projeto		
PRONAC 153711 - 3º Ateliê Internacional SPCD	-	27
PRONAC 163595 - Lago dos Cisnes	89	91
PROAC - 3º Ateliê Internacional SPCD	-	1
PRONAC 184819 - Plano Bi-Anual	51	
	140	119

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura e pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, conforme determinação da Lei nº 12.268/06, de 20 de fevereiro de 2006 e Decreto nº 54.275 de 27 de abril de 2009, que criou o ProAC - Programa de Ação Cultural.

O saldo está depositado em conta corrente específica, na rubrica caixa e equivalentes.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

13. Receita antecipada do contrato de gestão

Descrição custo	Saldos em 31/12/2017	Repasses Recebidos	Transf.	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Transf. Imobilizado	Consumo	Saldos em 31/12/2018
Contrato de gestão (001/2014) (a)	2.703	10.873	(215)	2.908	1.224	279	(14.632)	3.141
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva	3.187	-	127	-	-	-	-	3.314
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado	685	-	-	-	-	(279)	-	406

(a) Em 31 de dezembro de 2018 a Associação possui saldo de R\$ 3.141, registrados no passivo circulante/passivo não circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a NBC TG 07, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

14. Provisão para demandas judiciais

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões tributárias e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes e com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as prováveis perdas com esses processos, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para contingências - COFINS (a)	6.097	5.438
Provisão para contingências - Trabalhistas (b)	989	946
Provisão para contingências - ISS (c)	10.260	9.634
	17.346	16.018

- (a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Entretanto, a Administração vinha adotando posição conservadora e houve por bem recolher a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias, procedimento este adotado do período de maio de 2010 a abril de 2011. Em recente decisão, o Fisco Federal deixou de reconhecer a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas do Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional. Ciente dessa nova postura do Fisco, a Associação, a partir de julho de 2011 passou a provisionar o correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as receitas da Associação (receitas próprias e contrato de gestão), bem como efetuou o recolhimento judicial retroativo dos exercícios de 2009 e 2010;
- (b) **Trabalhistas:** o valor de reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Associação foi atualizado com base em informações dos assessores jurídicos. A Administração constituiu provisão em montante de R\$ 989, em face às expectativas de perdas prováveis com esses processos. Em 2014 a Associação efetuou um depósito recursal para recorrer do valor de indenização por danos morais pedidos pelo autor;
- (c) **ISS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades e do contrato de gestão são isentas do ISS. Ciente do entendimento da Prefeitura de São Paulo, de haver a incidência do imposto, sobre todas as receitas (receitas próprias e contrato de gestão) por ela auferidas, a Associação passou a provisionar o correspondente, bem como efetuou o recolhimento judicial retroativo dos exercícios de 2009 a 2013;

CSLL: a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

Imunidade tributária a impostos: A Associação em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/2017	Adição	Baixas	31/12/2018
Tributárias	15.072	1.285	-	16.357
Trabalhistas	946	43	-	989
	16.018	1.328	-	17.346

15. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com o Contrato de Gestão será utilizado exclusivamente nos projetos incentivados.

	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Instalações	3	6
Móveis e utensílios	38	81
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	112	320
Instrumentos Musicais	1	1
Condicionadores de ar	20	41
Equipamentos de informática	102	101
Cessão de uso de software	46	68
Bens Móveis - permissão de uso	84	175
	406	686

16. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

17. Receitas do contrato de gestão

	31/12/2018	31/12/2017
Contrato nº 001/2014	11.183	10.251
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014	(684)	(409)
	<u>10.499</u>	<u>9.842</u>

18. Receitas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de aplicações financeiras	405	497
Variações monetárias	836	933
Descontos e abatimentos	2	7
	<u>1.243</u>	<u>1.437</u>

19. Receitas de atividades próprias

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.163	1.055
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	435	192
Doações e patrocínios privados	218	182
Projetos Incentivados - lei de incentivo a cultura	680	225
Outras	65	47
	<u>3.561</u>	<u>1.701</u>

20. Despesas com pessoal

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e remunerações	(4.546)	(4.322)
Encargos sociais	(1.664)	(1.713)
Benefícios	(547)	(523)
Estagiários/aprendizes	(28)	(26)
Provisão de férias e encargos sobre	(719)	(687)
Provisão de 13º e encargos sobre	(552)	(554)
Outras	(62)	(94)
	<u>(8.118)</u>	<u>(7.919)</u>

21. Atividades artísticas

	31/12/2018	31/12/2017
Coreografias	(704)	(530)
Taxas e impostos	(191)	(39)
Técnica e produção	(900)	(446)
Transportes e viagens	(1.177)	(746)
Figurino, cenário e iluminação	(524)	(56)
Outras	(276)	(237)
	<u>(3.772)</u>	<u>(2.054)</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

22. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2018	31/12/2017
Consultorias e assessorias	(476)	(475)
Materiais de consumo	(27)	(29)
Seguros	(59)	(62)
Representação	(6)	(4)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(217)	(136)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(130)	(118)
Outras	(34)	(25)
	<u>(949)</u>	<u>(849)</u>

23. Despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas bancárias	(30)	(48)
Variação cambial	(840)	(939)
	<u>(870)</u>	<u>(987)</u>

24. Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar.

Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

25. Cobertura de seguros

A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

26. Desmobilização

De acordo com a ITG 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade.

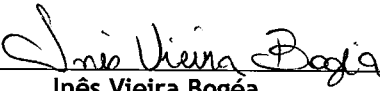
ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

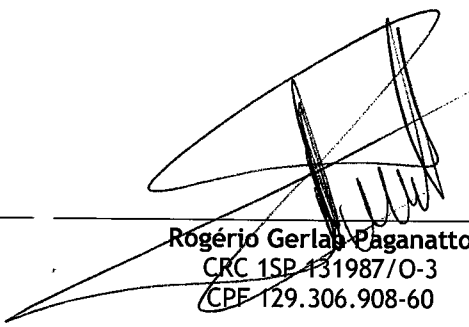
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

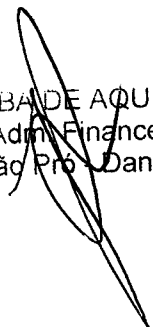
No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam em 31 de dezembro de 2018 a quantia de R\$ 2.110.

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.


Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30


Rogério Gerlano Paganatto
CRC 1SP 131987/O-3
CPF 129.306.908-60


JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Relatórios Financeiros e de Execução do Contrato de Gestão				
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)				
	Nota explicativa	31/12/18	31/12/17	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.700	3.140	
Contas a receber	6	257	120	
Adiantamentos		132	37	
Estoques	7	91	95	
Despesas antecipadas		66	141	
		4.246	3.533	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos para recursos judiciais	8	17.353	16.026	
Aplicações financeiras vinculadas	9	3.314	3.099	
		20.667	19.125	
Ativo permanente vinculado ao contrato de gestão				
Imobilizado líquido	10	360	618	
Intangível líquido	10	46	67	
		406	686	
Total do ativo		25.319	23.343	

	Nota explicativa	31/12/18	31/12/17	
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Contas e títulos a pagar		174	106	
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		19	4	
Provisões trabalhistas e encargos	11	488	312	
Recursos de lei de incentivos fiscais	12	140	119	
Adiantamentos		-	10	
Receita antecipada do contrato de gestão	13	3.141	2.703	
		3.962	3.254	
Não circulante				
Provisão para demandas judiciais	14	17.346	16.018	
Receita antecipada do contrato de gestão	13	3.383	3.187	
Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	15	406	685	
		21.135	19.890	
Patrimônio líquido				
Patrimônio social		222	199	
		222	199	
Total do passivo e patrimônio líquido		25.319	23.343	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em Milhares de Reais)					
	Patrimônio social	Fundo de reserva	Fundo de contingência	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	121	-	-	44	165
Superávit do exercício	-	-	-	34	34
Transferência do superávit acumulado	78	-	-	(78)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	199	-	-	-	199
Superávit do período	-	-	-	23	23
Transferência do superávit acumulado	23	-	-	(23)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	222	-	-	-	222

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em Milhares de Reais)					
--	--	--	--	--	--

1. Objetivos sociais: A Associação Pró Dança (“Associação”), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apartidária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento reger-se-á pelo seu Estatuto Social e pelas normas legais e regulamentos que lhe são aplicáveis. Para atendimento das finalidades a Associação Pró Dança envidará esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades, no sentido de: • Manter a São Paulo Companhia de Dança e contribuir para a manutenção e melhoria do seu padrão de qualidade; • Fomentar a criação de espaços de expressão artística e intelectual que contribuam para a promoção da cultura, da educação e o acesso à dança e às artes em geral; • Difundir o repertório de dança brasileira e internacional; • Incentivar a participação de artistas brasileiros com reconhecido mérito artístico; • Produzir espetáculos de dança, promover apresentações no Brasil e no exterior da São Paulo Companhia de Dança; • Produzir documentários para exploração em DVD (Vídeo Home), TV, internet, cinema e outras mídias existentes ou que venham a existir; • Promover, desenvolver e incentivar a formação e a difusão artística e cultural, através de projetos e programas de integração entre a dança e outras áreas do conhecimento, buscando, entre outras ações, o aperfeiçoamento de estudantes e profissionais da área da dança; • Constituir fundo de capital e outros necessários para a São Paulo Companhia de Dança, a ser composto, por exemplo, por doações, contribuições, recursos governamentais, eventuais excedentes financeiros e outros; • Difundir e explorar marcas e programas que possua ou detenha os direitos de exploração, quando para tanto autorizada; • Apoiar ações e projetos da São Paulo Companhia de Dança, bem como desenvolver campanhas, realizar estudos e pesquisas, divulgar e distribuir informações, dados, trabalhos, documentos, entre outras atividades relacionadas com suas finalidades; • Defender e conservar o patrimônio histórico e artístico da dança brasileira, estimular e promover a produção e a difusão de manifestações e bens culturais e artísticos de valor regional e/ou universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória, bem como que estimulem a liberdade de expressão; • Apoiar a administração e o gerenciamento de espaços, inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, bem como prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros; • Realizar, produzir, patrocinar e promover cursos, espetáculos, exposições, conferências, seminários, simpósios, debates, palestras, congressos e conclaves de tipos e natureza diversos; • Promover e difundir atividades artísticas e culturais nas diversas áreas de expressão artística, como dança, artes visuais, artes musicais, literatura, multimídia e outras; • Promover para a São Paulo Companhia de Dança atividades de produção artística, circulação (apresentação de espetáculos em âmbito nacional e internacional), constituição e preservação do registro e da memória da arte, bem como estimular a formação, capacitação, treinamento e o desenvolvimento de profissionais da área da cultura e artes; • Criar e manter uma instituição de ensino de dança, fomentando a educação e a cultura; • Realizar eventos e ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças, especialmente no que tange à dança e às artes cênicas, incluindo atividades de capacitação e treinamento; • Desenvolver programas e projetos culturais para a população em geral; • Desenvolver programas de incentivo à formação de plateias para crianças, jovens e adultos; • Manter intercâmbios educacionais e culturais, com instituições nacionais e estrangeiras; • Desenvolver e publicar métodos pedagógicos de ensino das artes cênicas e da dança, bem como promover a publicação de matérias de interesse cultural e realizar a edição de livros relacionados ao objeto de sua atividade; • Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins às suas áreas de atuação podendo inclusive, participar e/ou aceitar assentos em Comitês, Câmaras, Fóruns, redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas; • Fimar acordos operacionais, convênios ou outra forma de colaboração, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa, produção, elaboração, circulação, difusão, avaliação e implantação de projetos culturais, desde que voltados para os interesses da Associação Pró Dança; • Fimar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, para o desenvolvimento de programas de governo na área da cultura, ou com este e/ou com a iniciativa privada, para a implantação, gestão e gerenciamento de equipamentos culturais, podendo inclusive negociar e receber por sua utilização por terceiros, quando para tanto autorizada; • Prestar serviços relacionados aos seus objetivos, podendo também contratar a prestação de serviços de terceiros; • Colaborar com os Poderes Públicos sempre que sua atuação for solicitada em benefício da arte, da cultura e da formação artística; • Oferecer bolsas e criar prêmios e concursos e outras ações de estímulos relacionadas com seus campos de atuação; • Incentivar a colaboração voluntária e atividades afins; • Fomentar a elaboração de políticas públicas nas áreas afetas aos seus objetivos; • Desenvolver e organizar bancos de dados, produtos, ferramentas, equipamentos, entre outros, relativos às suas áreas de saber; • Realizar quaisquer atividades ou praticar atos necessários ou relacionados ao cumprimento de seu objetivo social. A Associação Pro Dança foi qualificada como Organização Social – O.S. conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em trinta e um de outubro de 2009.

2. Contrato de Gestão: A Associação Pró Dança (contratada) firmou novo Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014) com o Governo do Estado de São Paulo (Contratante), por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de 1º de dezembro de 2014, e tem por objetivo administrar, supervisionar e gerenciar a São Paulo Companhia de Dança, garantindo a preservação e divulgação do equipamento do governo (São Paulo Companhia de Dança) e suas finalidades em estreita consonância com a política da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura - UDBL e com diretrizes do Estado, na figura da Secretaria da Cultura. Para fomento e execução do contrato, seria repassada a importância global de R\$ 91.524. Para o exercício de 2014, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 1.319. Em 09 de junho de 2015 foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 90.248. Para o exercício de 2015, a Contratante repassaria a Contratada um total previsto de R\$ 14.557. Para os demais exercícios repassaria um total de R\$ 17.021 (2016), R\$ 18.297 (2017), R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). Até o final do Exercício de 2015 a Contratante havia repassado à Contratada um total de R\$ 11.965, restando um saldo a haver de R\$ 2.592. Em 31/12/2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo Decreto nº 61.776 que trata de crédito suplementar de R\$ 500, que foi efetivado em 06/01/2016. Em 20 de Junho de 2016 foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (contrato nº 001/2014), onde

a Contratante se comprometeu a repassar à Contratada a importância global de R\$ 84.635, sendo que para o exercício de 2016 ficou estipulado um repasse de R\$ 13.500 e para os demais exercícios repassará os valores acima citados. No ano de 2016 o valor efetivamente recebido pela Contratada foi de R\$ 13.500. Em 13 de Fevereiro de 2017 foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 76.838. Para o Exercício de 2017, a Contratante repassara a Contratada um total previsto de 10.500. Para os demais exercícios repassará um total de R\$ 19.670 (2018) e R\$ 19.383 (2019). No ano de 2017, a Contratante repassou a Contratada um total de R\$ 10.500. Em 05 de Julho de 2018, foi firmado o 4º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Para fomento e execução do Contrato, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 67.443. Para o Exercício de 2018, a Contratante repassara a Contratada um total previsto de 10.275. Em 14 de Setembro de 2018, foi firmado o 5º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Foi acordado um acréscimo de R\$ 72, vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.347. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 67.516. Em 31 de Outubro de 2018, foi firmado o 6º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão (Contrato nº 001/2014). Em face ao ofício UDBL nº 92/2018 de 01 de outubro de 2018, que comunicou o descontingenciamento de recursos no valor de R\$ 525 vindo a totalizar o montante de recursos para 2018 no valor de R\$ 10.872. Desta forma, a Secretaria da Cultura se obriga por esse contrato a repassar a Associação Pro-Dança o montante de R\$ 68.041. Em 31 de dezembro de 2018, a Associação possui saldo de R\$ 3.141 (R\$ 2.703 em 31 de dezembro de 2017), registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a NBC TG 07, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade Sem finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva dia 18 de janeiro de 2019, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos na Nota Explicativa nº 14 - Provisão para demandas judiciais.

4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. **b. Apuração do superávit (déficit):** Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é re-

Demonstrações do Resultado			
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	31/12/18	31/12/17
Receitas operacionais			
Receitas do contrato de gestão	17	10.499	9.842
Receitas financeiras	18	1.243	1.437
Receitas de atividades próprias	19	3.561	1.701
Gratuidade - serviços voluntários		11	8
Outras receitas		10	14
		15.324	13.002
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(8.118)	(7.919)
Atividades artísticas	21	(3.772)	(2.054)
Divulgação e comunicação		(455)	(200)
Despesas admistrativas e gerais	22	(949)	(849)
Gratuidade - serviços voluntários		(11)	(8)
Manutenção e operação predial		(115)	(111)
Impostos, taxas e contribuições		(649)	(457)
Despesas financeiras	23	(870)	(987)
Depreciações e amortizações		(348)	(342)
Custos de atividades mercantis		(15)	(41)
		(15.302)	(12.968)

Superávit do período	23	34
-----------------------------	-----------	-----------

Demonstrações dos Fluxos de caixa			
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)			
	31/12/18	31/12/17	

Superávit do exercício	23	34
Itens que não afetam o caixa		
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11	-
Depreciações e amortizações	348	342
Provisão para demandas judiciais	1.328	1.212

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Varição nas contas patrimoniais		
Diminuição de contas a receber	(147)	(67)
Diminuição de adiantamentos	(95)	(24)
Aumento líquido de estoques	4	67
Aumento líquido/(diminuição) de despesas antecipadas	76	(29)
Diminuição de depósitos para recursos judiciais	(1.327)	(1.213)
Diminuição de aplicações financeiras vinculadas	(215)	(286)
Aumento líquido de contas e títulos a pagar	68	91
Aumento líquido/(diminuição) de obrigações trabalhistas e encargos	15	(1)
Aumento líquido/(diminuição) de provisões trabalhistas e encargos	176	(1)
Aumento líquido/(diminuição) de recursos de lei de incentivos fiscais	21	(7)
(Diminuição)/aumento líquido de adiantamentos	(10)	9
Aumento líquido de receita antecipada do contrato de gestão	634	1.076
Diminuição de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(279)	(330)
Fluxo de caixa gerado/consumido nas atividades operacionais		
	(1.081)	(715)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(68)	(12)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento		
	(68)	(12)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		
	560	862
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.700	3.140
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.140	2.278
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		
	560	862

Demonstrações do Resultado Abrangente		
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)		
	31/12/18	31/12/17
Superávit do período	23	34
Total do resultado abrangente	23	34

conhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **c. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **d. Adiantamentos:** Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **e. Estoques:** Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação e materiais de consumo, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado. **f. Despesas antecipadas:** Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal. **g. Depósitos judiciais:** Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINS e do ISS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **h. Aplicações financeiras vinculadas:** Os saldos de aplicações financeiras vinculados a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **i. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Gratuidade: serviços voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Até 31/12/18, a Entidade reconheceu o montante de R\$11 mil de receita com trabalho voluntário. **l. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16. **m. Demonstração do fluxo de caixa:** A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Continua...

Continuação...		
5. Caixa e equivalentes de caixa: Recursos Próprios	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento (a)	223	200
	223	200
Contrato de Gestão nº 001/2014		
Caixa	5	5
Bancos conta movimento (a)	2.157	1.368
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	1.175	1.447
	3.337	2.820
Leis de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	51	119
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	89	1
	140	120
	3.700	3.140

a) Os Saldos “Bancos conta movimento” são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais; **b)** As aplicações referem-se a fundos de investimentos em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato da Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

Composição das aplicações financeiras

Contrato de Gestão nº 001/2014	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil – Fundo de Investimento	1.175	1.447
Lei de incentivo Fiscal		
Banco do Brasil – Fundo de Investimento	89	1
	1.264	1.448

6. Contas a receber:

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes – apresentações	64	48
Clientes – bilheterias e assinaturas	100	88
Outros	120	-
(-) PECLD	(27)	(16)
	257	120

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31/12/2018 está demonstrada a seguir:

	PECLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(16)
Adições		(11)
Baixas		-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(27)
7. Estoques:	31/12/2018	31/12/2017
Livros	69	73
Sapatilhas	22	22
Estoque em poder de terceiros	91	91
(-) Perda estimada com estoque de baixo giro	(91)	(91)
	91	95
8. Depósitos para recursos judiciais:	31/12/2018	31/12/2017
Depósito judicial – COFINS	6.097	5.438
Depósito judicial – ISS	10.259	9.634
Depósito judicial – Trabalhista	997	954

O montante atualizado de R\$ 17.353, em 31 de dezembro de 2018 suporta as contingências passivas (Nota Explicativa nº 14), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

9. Aplicações financeiras vinculadas:	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil – Fundo de Investimento (i)	1.093	1.032
Banco do Brasil – Fundo de Investimento (ii)	2.221	2.067
	3.314	3.099

(i) Fundo de Reserva: constituído como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2014, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Cláusula Sétima, equivalente a 6% dos valores a serem repassados em 2015 e 2016. Em 2015 o valor foi utilizado em sua totalidade, sendo reconstituído em 2016; (ii) Fundo de Contingência: como exigência do Contrato de Gestão nº 001/2014, de acordo com o Parágrafo Sétimo, da Clausula Sétima, bem como em atenção ao disposto no artigo 1º do Decreto nº 54.340, de 15 de maio de 2009, o fundo será composto de 1,5% do valor repassado pela contratante a cada parcela, a partir do exercício de 2017. De acordo com o 4º Termo de Aditamento, no item II. Das Premissas Orçamentárias Plano de Trabalho, no ano de 2018, houve um novo aporte no montante correspondente a 0,1% do valor repassado pela SEC. Assim, diante do orçamento proposto pela Contratante, foi necessário alterar o percentual previsto na cláusula sétima, § 7º, “c” do Contrato de Gestão nº 001/2014. Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da SEC, condicionado à apresentação do plano de restituição e aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b). Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de ¾ dos seus membros, e do Secretário da Cultura. No final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído. Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a rubrica contábil “Receita antecipada do contrato de gestão”, no passivo não circulante.

10. Imobilizado e intangível líquidos:

a) Composição

	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
	Custo	31/12/18	31/12/17
Instalações	15	(12)	3
Móveis e utensílios	212	(174)	38
Maquinas, aparelhos e equipamentos	552	(440)	112
Instrumentos musicais	1	-	1
Condicionadores de ar	108	(88)	20
Equipamentos de informática	297	(195)	102
Cessão de uso de software	145	(99)	46
Bens móveis	456	(372)	84
	1.786	(1.380)	406

	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
b) Movimentação				
Instalações	15	-	-	15
Móveis e utensílios	212	-	-	212
Maquinas, aparelhos e equipamentos	544	8	-	552
Instrumentos musicais	1	-	-	1
Condicionadores de ar	108	-	-	108
Equipamentos de informática	246	51	-	297
Cessão de uso de software	136	9	-	145
Bens móveis	456	-	-	456
	1.718	68	-	1.786
	(1.032)	(348)	-	(1.380)
	686	(280)	-	406

11. Provisões trabalhistas e encargos:

Provisão para férias	359	229
Encargos sociais sobre provisões de férias	129	83
	488	312

13. Receita antecipada do contrato de gestão:

Descrição custo	Saldos em 31/12/2017	Repasses Recebidos
Contrato de gestão (001/2014) (a)	2.703	10.873
Obrigações com o Estado – Fundo Reserva	3.187	-
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado	685	-

a) Em 31/12/18 a Associação possui saldo de R\$ 3.141, registrados no passivo circulante/passivo não circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a NBC TG 07, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

14. Provisão para demandas judiciais: A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes e com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as prováveis perdas com esses processos, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/18	31/12/17
Provisão para contingências – COFINS (a)	6.097	5.438
Provisão para contingências – Trabalhistas (b)	989	946
Provisão para contingências – ISS (c)	10.260	9.634
	17.346	16.018

a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Entretanto, a Administração vinha adotando posição conservadora e houve por bem recolher a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias, procedimento este adotado do período de maio de 2010 a abril de 2011. Em recente decisão, o Fisco Federal deixou de reconhecer a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas do Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional. Ciente dessa nova postura do Fisco, a Associação, a partir de julho de 2011 passou a provisionar o correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as receitas da Associação (receitas próprias e contrato de gestão), bem como efetuou o recolhimento judicial retroativo dos exercícios de 2009 e 2010; **b) Trabalhistas:** o valor de reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Associação foi atualizado com base em informações dos assessores jurídicos. A Administração constituiu provisão em montante de R\$ 989, em face às expectativas de perdas prováveis com esses processos. Em 2014 a Associação efetuou um depósito recursal para recorrer do valor de indenização por danos morais pedidos pelo autor; **c) ISS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades e do contrato de gestão são isentas do ISS. Ciente do entendimento da Prefeitura de São Paulo, de haver a incidência do imposto, sobre todas as receitas (receitas próprias e contrato de gestão) por ela auferidas, a Associação passou a provisionar o correspondente, bem como efetuou o recolhimento judicial retroativo dos exercícios de 2009 a 2013; **d) CSLL:** a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro. **e) Imunidade tributária a impostos:** A Associação em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/17	Adição	Baixas	31/12/18
Tributárias	15.072	1.285	-	16.357
Trabalhistas	946	43	-	989
	16.018	1.328	-	17.346
15. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado):				
Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com o Contrato de Gestão será utilizado exclusivamente nos projetos incentivados.	Líquido 31/12/18	Líquido 31/12/2017		
Instalações	3	6		
Móveis e utensílios	38	81		
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	112	213		
Instrumentos Musicais	1	1		
Condicionadores de ar	20	41		
Equipamentos de informática	102	101		
Cessão de uso de software	46	68		
Bens Móveis - permissão de uso	84	175		
	406	686		

16. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendi-

12. Recursos de lei de incentivos fiscais:	31/12/2018	31/12/2017
Projeto		
PRONAC 153711 – 3º Ateliê Internacional SPCD	-	27
PRONAC 163595 – Lago dos Cisnes	89	91
PROAC – 3º Ateliê Internacional SPCD	-	1
PRONAC 184819 – Plano Bi-Anual	51	-
	140	119

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura e pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, conforme determinação da Lei nº 12.268/06, de 20 de fevereiro de 20016 e Decreto nº 54.275 de 27 de abril de 2009, que criou o ProAC – Programa de Ação Cultural. O saldo está depositado em conta corrente específica, na rubrica caixa e equivalentes.

Transfere	Captação de	Receitas	Transferência	Saldos em	
rência	Recursos	Financeiras	Imobilizado	Consumo	31/12/2018
(215)	2.908	1.224	279	(14.632)	3.141
127	-	-	-	-	3.314
-	-	-	(279)	-	406

na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

17. Receitas do contrato de gestão:	31/12/2018	31/12/2017
Contrato nº 001/2014	11.183	10.251
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014	(684)	(409)
	10.499	9.842

18. Receitas financeiras:	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de aplicações financeiras	405	497
Variações monetárias	836	933
Descontos e abatimentos	2	7
	1.243	1.437

19. Receitas de atividades próprias:	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de atividades culturais e artísticas	2.163	1.055
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	435	192
Doações e patrocínios privados	218	182
Projetos Incentivados – lei de incentivo a cultura	680	225
Outras	65	47
	3.561	1.701

20. Despesas com pessoal:	31/12/2018	31/12/2017
Salários e remunerações	(4.546)	(4.322)
Encargos sociais	(1.664)	(1.713)
Benefícios	(547)	(523)
Estagiários/aprendizes	(28)	(26)
Provisão de férias e encargos sobre	(719)	(687)
Provisão de 13º e encargos sobre	(552)	(554)
Outras	(62)	(94)
	(8.118)	(7.919)

21. Atividades artísticas:	31/12/2018	31/12/2017
Coreografias	(704)	(530)
Taxas e impostos	(191)	(39)
Técnica e produção	(900)	(446)
Transportes e viagens	(1.177)	(746)
Figurino, cenário e iluminação	(524)	(56)
Outras	(276)	(237)
	(3.772)	(2.054)

22. Despesas administrativas e gerais:	31/12/2018	31/12/2017
Consultorias e assessorias	(476)	(475)
Materiais de consumo	(27)	(29)
Seguros	(59)	(62)
Representação	(6)	(4)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(217)	(136)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(130)	(118)
Outras	(34)	(25)
	(949)	(849)

23. Despesas financeiras:	31/12/2018	31/12/2017
Despesas bancárias	(30)	(48)
Variação cambial	(840)	(939)
	(870)	(987)

24. Instrumentos financeiros e derivativos: Instrumentos financeiros: As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. **25. Cobertura de seguros:** A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **26. Desmobilização:** De acordo com a ITG 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade. No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam em 31/12/18 a quantia de R\$ 2.110. **27. Eventos subsequentes:** Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.

Inês Vieira Bogéa - Diretora Executiva e Artística - CPF 514.174.306-30
Rogério Gerlah Paganatto CRC 1SP 131987/O-3 CPF 129.306.908-60

À Administração e o Conselho de Administração da **Associação Pró-Dança** São Paulo - SP.

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Pró-Dança** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Pró-Dança** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se

São Paulo, 18 de janeiro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1
Esmir de Oliveira - Contador CRC 1 SP 109628/O-0

Continua...

Continuação...			Quadro de Metas Técnicas da São Paulo Companhia de Dança Ano 2018		
			RESUMO DO PLANO DE TRABALHO - METAS PACTUADAS		
Metas de Produtos			Meta Anual 2018	Realizado	
1. Novas obras para repertório - número de obras criadas			2	2	
2. Manutenções de obras do repertório da SPCD - número de obras mantidas			12	12	
3. Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - número de obras criadas			1	1	
4. Apresentações de espetáculos em São Paulo/SP - quantidade de espetáculos			17	17	
5. Apresentações de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - quantidade de cidades			4	4	
6. Apresentações de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - quantidade de espetáculos			6	6	
7. Performances para o projeto SP Cultura no Metrô			28	28	
8. Apresentações de espetáculos dirigidos a estudantes e terceira idade - quantidade de espetáculos			4	4	
9. Oficinas de Dança - quantidade de oficinas			7	7	
10. Palestras de Dança - quantidade de palestras			6	7	
Metas de Resultados			Meta Anual 2018	Realizado	
1. Número de espectadores das apresentações de espetáculos em São Paulo/SP			5.950	10.403	
2. Número de espectadores das apresentações de espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo para o público em geral			2.100	3.220	
3. Quantidade de público dos espetáculos dirigidos a estudantes e terceira idade			1.400	2.501	
4. Número de espectadores nas performances do Projeto SP Cultura no Metrô			N/A	4.260	
5. Número de participantes nas oficinas de dança			175	240	
6. Número de participantes nas palestras de dança			390	467	
7. Recursos Captados - Mínimo de 4,3988% do valor repassado no ano			R\$ 478.261,45	R\$782.281,69	
8. Percentual de satisfação do público com as atividades educativas			100%	100%	
9. Percentual de satisfação do público com os espetáculos			100%	100%	
			RESUMO DO PLANO DE TRABALHO - METAS CONDICIONADAS		
Metas Condicionadas Realizadas				Realizado	
1. Novas obras para seu repertório - número de obras criadas				3	
2. Manutenção de obras do repertório da SPCD - número de obras mantidas				9	
3. Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - Quantidades de obras criadas				1	
4. Apresentação de espetáculos em São Paulo/SP - Quantidades de espetáculos				22	
5. Apresentação de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo - Quantidades de cidades				7	
6. Apresentação de espetáculos no Interior/Litoral do Estado de São Paulo - Quantidades de espetáculos				8	
7. Apresentações em outros Estados do País - Quantidades de cidades				1	
8. Apresentações em outros Estados do País - Quantidades de espetáculos				2	
9. Turnês internacionais - Quantidades de turnês				2	
10. Turnês internacionais - Quantidades de cidades				9	
11. Turnês internacionais - Quantidades de espetáculos				25	
12. Instalação e/ou performance/apresentação em museu ou outros espaços - número Instalações/Performances				15	
13. Apresentação de espetáculos dirigidos a estudantes e terceira idade - Quantidades de espetáculos				11	
14. Oficina de dança - número de oficinas				21	
15. Palestras de dança - número de palestras				28	
16. Audiodescrição de novas obras - número de audiodescrições				4	
17. Manutenção do programa de acessibilidade - Manutenção do programa				1	
18. Intercâmbio com projetos sociais - número de organizações intercambiadas				1	
19. Visitas a hospitais, abrigos, crechês, instituições de assistência a pessoas com deficiência - número de visitas				12	
20. Aulas abertas na SPCD - número de aulas				10	
21. Novos verbetes no Dança em Rede - número de verbetes				273	
22. Filmagem das novas obras da Companhia e do Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - número de filmagens				6	
23. Livro de ensaios e fotos - número de livros criados				1	
24. Livro de ensaios e fotos - número de exemplares reproduzidos a cada tiragem				1.000	
25. Documentário de Dança e DVD das obras da SPCD - número de filmes criados				1	
26. Exposição de Dança - número de exposições				4	
Público atingido nas metas pactuadas				21.091	
Público atingido nas metas condicionadas				77.562	
TOTAL DE PÚBLICO ATINGIDO EM 2018				98.653	
METAS CONDICIONADAS - CAPTAÇÃO					
Período de Captação: Ano de 2018				Resultado Anual	
Total captado no Período				R\$ 2.849.419,75	
			Conselho Fiscal		
Os membros do Conselho Fiscal examinaram as contas e balanço da Associação Pró-dança, referentes ao exercício encerrado em 31/12/18, e decidiram apresentá-los ao Conselho de Administração opinando pela sua aprovação.					
Durval Borges Moraes (Presidente)		Hélio Nogueira da Cruz	Priscila Grecco de Oliveira Neves	José Carlos de Souza Santos (Membro Suplente)	
Conselho Administrativo					
Rodolfo Villela Marino (Presidente)		Ana Gristanti de Moura	Eduardo Saron Nunes	José de Oliveira Costa	
Ricardo Uchoa Alves de Lima (Vice-Presidente)		Ana Paula Camargo	Elisa Marsiaj Gomes	Leontina Gioconda Bordon	
		Andrea Sandro Calabi	Flávia Regina de Souza Oliveira	Paula Theophilo de Saboia	
		Danilo Santos de Miranda	Jeferson de Souza Dias		
Inês Vieira Bogéa - Diretora Executiva e Artística CPF 514.174.306-30.			Rogério Gerlah Paganatto - Contador CRC 1SP 131987/O-3 / CPF 129.306.908-60.		

Certificação Digital

Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

io | certificação digital

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

io | imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO